



---

**A RELAÇÃO ENTRE SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA  
ATUAÇÃO DE PROFESSORES, CAMPO GRANDE, MS**

Valdirene Alves Ferreira de Oliveira<sup>1</sup>  
Léia Teixeira Lacerda<sup>2</sup>

**RESUMO:**

O presente artigo visa apresentar os resultados de uma pesquisa desenvolvida em uma instituição especializada de ensino sobre a abordagem da inter-relação entre sexualidade e os estudantes da Educação Especial, no processo de ensino e aprendizagem. Essa temática é desenvolvida na escola de maneira tímida pois há a necessidade de implementar cursos de formação continuada aos professores para realizar um trabalho de orientação sexual escolar. A pesquisa que originou este texto buscou tornar o assunto sexualidade, menos complexo e carregado de tabus, pois é uma dimensão que faz parte da vida ser humano, tendo ele deficiência intelectual ou não. O texto apresenta reflexões sobre alguns conceitos, refletir e evidenciar a sua importância no processo educativo, a fim de desmistificar tabus ligados à sexualidade do estudante com deficiência intelectual, bem como descrever como essa sexualidade é vivenciada no espaço escolar. Os procedimentos teóricos metodológicos foram organizados na perspectiva bibliográfica com a aplicação de um questionário para a produção de dados sobre a educação sexual. Os resultados evidenciam que, é necessário que os professores recebam formação adequada para trabalharem com essa temática de modo que percebam a importância de desenvolver no processo pedagógico a educação sexual do estudante com deficiência intelectual.

**Palavras-chave:** Sexualidade. Deficiência intelectual. Professor. Ambiente Escolar. Vivências.

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Pós-Graduação *Lato-Sensu* em Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

<sup>2</sup> Docente do Curso de Pós-Graduação *Lato-Sensu* em Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.



---

**THE RELATIONSHIP BETWEEN SEXUALITY AND INTELLECTUAL DISABILITY  
IN TEACHERS' PERFORMANCE, CAMPO GRANDE, MS**

**ABSTRACT:**

This paper aims to present the results of a research developed in a specialized educational institution on the approach of the interrelationship between special education students and sexuality, in the teaching and learning process. This thematic, at school, is developed in a timid way because there is a need to be implemented continuing education courses for teachers be able to work the sexual orientation. This paper was originated by the research that had the commitment on making the sexuality's subject, less complex and loaded with taboos, as it's a dimension that is part of human life, whether he has intellectual disability or not. This study presents reflections on some concepts and highlight its importance in the educational process, in order to demystify taboos related to the sexuality of students with intellectual disabilities, as well as to describe how is experienced this sexuality at school. The theoretical methodological procedures were organized in the bibliographic perspective, using a questionnaire that was applicate to produce data about sex education. The results shows that it is necessary that teachers receive adequate training to work with this thematic, so that they realize the importance of developing the sexual education of students with intellectual disabilities in the pedagogical process.

**Keywords:** Intellectual disability. Special education. Sexuality. School environment. Sexual orientation.

**INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa tem como finalidade proporcionar a compreensão dos professores sobre a sexualidade humana da pessoa com deficiência intelectual, por meio de estudos sobre o tema, a fim de evidenciar como os mesmos percebem a sexualidade e como colaboram para a formação desses sujeitos em uma fase importante de formação de valores sociais e culturais, em uma instituição especializada no ensino de estudantes com deficiência intelectual em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.



Assim, partindo do pressuposto de que a pessoa com deficiência intelectual não apresenta um desenvolvimento cognitivo social esperado de acordo com a idade, desta forma, faz-se necessário que o professor ajuste uma metodologia que possibilite ao estudante organizar suas dificuldades em lidar com a própria sexualidade, investigue suas dúvidas e auxilie com segurança, autonomia e comprometimento perante decisões sobre a sua intimidade, o seu corpo.

Segundo Maia e Ribeiro (2010), o estudo da sexualidade exterioriza uma tarefa heterogênea, uma vez que testemunhe uma discussão ética, na esteira das mudanças políticas, no reconhecimento da diversidade humana e no apontamento das inquietações dos professores, na assimilação dos referenciais para identificar concepções sobre sexualidade que predominam no espaço escolar.

A investigação se justifica pela importância que tem ao refletir e discutir o tema proposto, visto que, ainda hoje, falar sobre sexualidade continua sendo algo desafiador tanto para os pais, familiares e/ou responsáveis, quanto para instituições de educação formal. No entanto, falar sobre sexualidade é indispensável, é um momento de construir um desenvolvimento humano sexual saudável e de melhor qualidade, tanto para o campo de pesquisas como da educação especial, que descortina o imaginário vivenciado entre professores e estudantes com deficiência intelectual, quanto para os demais seguimentos da sociedade.

A pesquisa foi desenvolvida em uma instituição especializada no ensino de estudantes com deficiência intelectual em Campo Grande, Mato Grosso do Sul com a finalidade de abordar a temática da sexualidade, considerando as principais vivências dos estudantes com deficiência intelectual. Todos os participantes e responsáveis foram previamente informados sobre as finalidades e procedimentos da pesquisa, tendo concordado com o procedimento, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em que foi apresentada a confidencialidade das informações prestadas.

Para realizar este estudo, adotou-se uma abordagem qualitativa que segundo Leal e Souza (2006, p. 17), “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real



e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números”.

Para o desenvolvimento deste estudo e organização dos elementos a serem investigados foram feitos questionários e entrevistas, as quais contribuíram para fazer um levantamento de como o professor da referida Instituição Escolar, no convívio e prática de sala de aula, administrava em seu componente curricular as abordagens da sexualidade, sejam elas: afetivas, orgânicas, e tendo em vista a promoção da inclusão do aluno com deficiência intelectual.

Como estratégia utilizou-se um questionário entregue a 10 (dez) docentes, dos quais somente 05 (cinco) foram devolvidos devidamente preenchidos. O questionário foi construído a partir da análise do problema e dos objetivos da pesquisa. Os conteúdos das perguntas ativeram-se a questões que foram elaboradas com as compreensões e as práticas dos professores em relação à sexualidade do estudante com deficiência intelectual.

### **Deficiência intelectual**

Na concepção de Carneiro (2009), o desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual está envolto em características da própria deficiência. Embora, haja concepções a respeito dessa condição humana, sabemos que existe um avanço, dentro das consideráveis situações, as quais os indivíduos participam de sua formação cultural. A deficiência nesse momento torna-se singular às suas singularidades sociais, culturais. Assim, podemos afirmar que as nossas relações com o mundo favorecem e reorganizam comportamentos. Deste modo, os atos de uma pessoa com deficiência intelectual não podem ser estigmatizados, e nem a violação dos seus direitos enquanto cidadão.

Para Vygotsky (1997, p. 14) as deficiências não refletem “[...] em um desenvolvimento menor, mas em uma organização psíquica qualitativamente diferente”. Essa diferença biológica entre as pessoas que possuíam ou não a



deficiência não era mais uma questão de como era determinada a estrutura orgânica, como se dava as funções psicológicas e a própria personalidade. Deste modo, o autor não apoiava a aplicação de testes para aferir a capacidade intelectual ou Quociente de Inteligência (QI), pois a pontuação do teste está relacionada com o desenvolvimento real e não mostra a evolução do indivíduo de acordo com aquele resultado, sendo que poderia ser feita uma análise para averiguar o desenvolvimento por um dado tempo.

Em virtude disso Dias (2004, p. 105) destaca que “essas circunstâncias geraram uma representação da pessoa com deficiência como ineficaz, desacreditada em suas potencialidades e improdutiva nos campos acadêmico, social e econômico”. Como consequência de interpretações erradas sobre a deficiência, há um reflexo muito maior na vida adulta, as oportunidades de inclusão social são cada vez menores, ainda mais que existe uma ideia por parte da sociedade de que o indivíduo é condicionado a uma infância que nunca vai acabar.

Por sua vez, o deficiente intelectual é visto como incapaz no contexto social, e de acordo com os valores moldados de forma cultural e pelas oportunidades de apoio social, a deficiência pode vir a se tornar uma condição de maior ou menor importância (VYGOTSKY, 1997).

Outras condições consideradas normais de desenvolvimento não são diferentes das condições impostas pela deficiência intelectual, pois elas possuem a mesma complexidade de elementos orgânicos do próprio corpo humano. Por isso é certo que a capacidade de desenvolvimento intelectual não pode ser predeterminada, pois ela está suscetível a mudanças diante das oportunidades oferecidas pelo convívio com outras pessoas, sendo elas deficientes ou não. As relações sociais aproximam o ser do mundo e possibilita que ele progrida no seu comportamento. Por conseguinte, acredita-se que esse princípio, qual seja da interação com o próximo também possa ser aplicado no que se refere à apropriação da educação sexual desses estudantes.

A deficiência preconiza um cenário crescente e heterogêneo de ativismo político e investigação no Brasil e no mundo. São crescentes os debates sobre a



deficiência intelectual. Acometidos por estigmas, por diferentes expressões construídas ao longo dos anos, sejam por padrões estéticos, discursos religiosos ou diagnósticos patológicos, doravante, discursos de caráter científico, a sociedade vem corrigindo as diferentes imagens da deficiência, dando compreensão e zelo, ajustando conceitos, denunciando comportamentos de desigualdade e manifestando, mesmo que timidamente a sua opinião sobre a estrutura social que ainda oprime e coloca em situação diversa pessoas com comprometimento intelectual (EIZIRIK, 2009).

Na concepção de Eizirik, há uma tomada de consciência desse movimento. A pessoa com deficiência passou a ter no campo social uma espécie de cultura, designação, que diverge dos demais. Cria-se nesse contexto uma denúncia de que a definição da normalidade constitui uma categoria, uma celebração da diferença. A sociedade por sua vez, admite com orgulho ter encabeçado a supervalorização deste ou daquele indivíduo em detrimento de suas capacidades motoras e cognitivas (EIZIRIK, 2008).

### **Sexualidade e deficiência intelectual**

Ao considerar o desenvolvimento intelectual e linguístico das crianças, Vygotsky (1991, p. 100), desenvolveu o conceito de linguagem como atividade, base do conhecimento e do pensamento do homem. Esta concepção ilustra a maneira como o homem se apropria do mundo, ou seja, é a atividade que proporciona a mudança daquilo que está fora do homem para dentro dele.

Desta forma, Carneiro (2009) acrescenta que, compreende-se que as características humanas não estão presentes desde o nascimento do indivíduo, nem são meros resultados das pressões do meio externo, mas estão em constantes transformações. Elas resultam da interação dialética do homem e o seu meio sociocultural. Essa interação muda tudo, e tudo se transformam no meio sociocultural.

Devemos ter em mente que a escola amplia as relações entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números. O



entendimento da inclusão social requer um novo olhar, uma nova postura diante da pessoa com deficiência intelectual, considerando o seu potencial e preservando os seus direitos.

Na perspectiva de Carneiro (2009), a integração é mais do que o acréscimo de pessoas com deficiência na sociedade, é uma atitude de aceitação e respeito pelas diferenças. Compete à adequação, uma de vivência plena em diversos cenários, sejam eles: Escolar, familiar, mercado de trabalho, lazer e deve acontecer em todos os âmbitos, dando as mesmas oportunidades às pessoas com deficiência, permitindo um acesso irrestrito a todas as instituições e aos papéis sociais. Isso inclui também a oportunidade de vivenciar a sexualidade.

No incurso teórico de compreender a sexualidade como um dispositivo histórico-social que constitui a subjetividade dos indivíduos e partindo da observação dos discursos que detém as noções de comportamento há de se ter um recorte necessário para o entendimento da via-crúcis: Sexo, sexualidade, e padrões que constituem parâmetros de normalidade.

Explorando-se as formulações de Foucault em princípios advindos desde o Renascimento, têm sido introduzidas e empregadas algumas verdades que em sua matriz retratam e regulamentam as práticas dos sujeitos em relação à elaboração discursiva. Uma ação dinâmica que constitui aquilo denominado pelo autor como biopolítica (FOUCAULT, 1997).

Ao levar em consideração o significado, a sexualidade passa a ser aludida a partir do instrumento que a concebe, com base em métodos móveis, polimorfos e hipotéticos, elaborando uma série de sentenças que incidem no conjunto das subjetividades. A partir deste distanciamento, o controle da sexualidade não mais tem o alicerce posto exclusivamente na educação de base cristã, cedendo espaço à lógica da administração restrita e coletiva da sexualidade. Deste modo, o presente mosaico reflexivo, a partir do pensamento de Foucault (1997, p. 28), a sexualidade passa a ser gestada como algo de caráter político e público, para o autor.



Nessa perspectiva, a sexualidade não estaria em um ângulo de repressão, afinal, cabe ao Estado à função de “regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos” (FOUCAULT, 1997, p. 28), ou seja, a sexualidade é um universo de supremacia do Estado. Ele, no que diz respeito à autoridade, essa deve considerar todas as variáveis que envolvem o sexo, bem como o fenômeno em si, sobre como esses são regidos até mesmo da evocação de metáforas e imagens do controle dos enunciados e das enunciações que define onde, quando, como e quem está autorizado a falar sobre sexualidade.

[...] cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos (FOUCAULT, 1997, p. 29).

Na perspectiva deste autor, conseqüentemente os Estados gerenciam e administram as sexualidades dos sujeitos considerando os discursos regulados por dispositivos de poder que fazem falar ou calar determinados aspectos da sexualidade, atuando pela correlação que favoreça o bem de todos. Para Foucault (1997):

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos. (FOUCAULT, 1997, p. 29).

Ainda que Foucault não tenha se debruçado estritamente para a totalidade da “deficiência”, é possível tomar como caminho a sua análise, uma vez que pela ordem da medicalização organiza essa escala quantitativa de subjetividades, evidenciando o grau de transparência dos sujeitos diante do Estado segundo a posição “ocupada” nessa abordagem.



A partir destas colocações, Foucault (1997), ao intervir como iminência normalizadora, a sexualidade passa a ser um dos componentes fundamentais para a construção e compreensão da “verdade do eu”. Ao centrar-se na noção de “sexo” como uma singularidade antinatural que permitiu agrupar, como explica Foucault (1997, p. 144), “elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres”, o regimento da sexualidade, torna-se inerente de compreensão.

Pelo conceito da Organização Mundial da Saúde (OMS), emitido em 1975, reconhece que:

A sexualidade forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado dos outros aspectos da vida. [...]. Sexualidade é muito mais do que isso é a energia que motiva a encontrar o amor, o contato e a intimidade e se expressa na forma de sentir, na forma de as pessoas tocarem e serem tocadas. Influenciam pensamentos, sentimentos, ações e interações e tanto a saúde física como a mental. Se a saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada como um direito humano básico (OMS *apud* EGYPTO, 2003, p. 15).

Ao se referir à sexualidade de pessoas com deficiência intelectual implica um conhecimento das especificidades de cada sujeito em relação ao seu desenvolvimento psicosssexual, entendido como um processo de educação sexual aos quais todos estão sujeitos, num dado contexto social.

O termo sexualidade vai além da condição biológica e genital e não se encerra simplesmente ao ato sexual. Bastos e Deslandes (2005, p. 391), afirmam que “o desenvolvimento da sexualidade é uma etapa fundamental do ser humano. [...] a disseminação da informação sobre a questão é um dos elementos contribuintes para que alguns tabus sejam revistos, e conseqüentemente seu exercício seja possível, saudável e seguro”.

Nunes afirma que:



O tema sexualidade ainda é permeado de incertezas, pois, a educação sexual, seja ela formal ou informal, não oferece elementos que nutram as expectativas dos jovens em relação a este universo, pelo contrário, é tratada, apenas em seus aspectos biológicos, fisiológicos, acrescentando a este tema sua função reprodutiva que congrega homens, animais, plantas e todos os seres vivos (NUNES, 2005, p.17).

Compreender a sexualidade no processo de constituição do sujeito requer pensá-la desde os primórdios, como Foucault (1997) apresenta nos idos do século XVII quando ainda não era considerado um tabu, e que com o passar dos tempos foi se consolidando como algo tratado na esfera privada e controlado pelo saber científico. Hoje vivemos em uma sociedade que desperta muita curiosidade pelo sexo, questionando, ouvindo e falando sobre, com a intenção na maioria das vezes, sanar as dúvidas e questionamentos. Com isso a respeito da curiosidade quanto à sexualidade Foucault (1997, p.68), comenta que “não somente prazer, mas saber e todo um jogo sutil que passa de um para o outro: saber do prazer, prazer de saber o prazer, prazer-saber”. Assim, o sexo não se resume ao prazer que esse ato pode dispensar aos praticantes, mas o mesmo possibilita apropriações voltadas para o contexto do saber.

A sexualidade pode servir como um ponto de comunicação, dadas às relações de poder entre homens e mulheres, jovens e velhos, pais e filhos, professores e alunos. Portanto, no que se refere à sexualidade, temos uma relação de saber e poder.

Assim, propondo discernimentos na área da sexualidade, Braga (2009) afirma que:

As manifestações sexuais que aparece na escola demonstram, a cada momento, as dificuldades que as instituições educativas apresentam quando tratam da temática da sexualidade em seu cotidiano. Uma proposta de educação sexual adequada, consciente e emancipadora poderiam tornar a comunidade educativa apta a discutir assuntos importantes (BRAGA, 2009, p.3).



A concepção de Braga (2009), evidencia que a escola diante das manifestações sexuais dos estudantes, encontra-se despreparada para lidar com essa questão. O que acarreta prejuízos tanto aos estudantes como a instituição. Porque, conforme pontuado acima, quando a escola lida de forma construtiva com as manifestações sexuais dos estudantes, essa postura pode sinalizar que a escola se encontra preparada para lidar com situações mais complexas que possam surgir nesse cenário.

### **A educação sexual em uma perspectiva inclusiva**

Conhecer e compreender a postura dos educadores diante das manifestações da sexualidade de pessoas com deficiência intelectual seria uma proposta promissora na busca de posturas educacionais voltadas para a elaboração e a implantação de possíveis programas de educação e/ou orientação.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 2000), ao caracterizar as questões da sexualidade humana, referimo-nos a um processo de educação sexual que, embora se concretize na personalidade individual, é construído socialmente ao longo da vida de uma pessoa, visto que a sexualidade é intrínseca à dimensão humana.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) inserem que a orientação sexual está:

Dentre os temas transversais a serem tratados no Ensino Fundamental. Os temas transversais propostos pelo MEC apresentam um compromisso com a construção da cidadania, liberdade e autonomia, a prática de princípios éticos – respeito, solidariedade e responsabilidade, uso construtivo da cidadania, direitos e deveres do cidadão. Os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem que a escola deva informar discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, preenchendo lacunas nas informações que o estudante já possui, ao propiciar e desenvolver atitudes coerentes com seus valores (BRASIL, 2000, p. 35).

O diálogo entre o campo da deficiência intelectual e a sexualidade tem se mostrado especialmente rico quando se trata de avançar no processo de escolarização



e a inclusão educacional de sujeitos com deficiência. A sexualidade tem sido tema de debates em diversos contextos acadêmicos, principalmente, quando se trata da percepção de determinados grupos sociais em relação à diversidade.

Os PCN (2000) asseguram que independentemente da cor, raça, classe social, naturalidade e gênero, todo ser humano tem sua sexualidade com suas especificidades, que correspondem aos aspectos biológicos, psicológicos e sociais e culturais.

Sendo assim, o tema sexualidade, não pode ser visto como um fato isolado dos outros aspectos da vida de uma pessoa, visto que a sexualidade é intrínseca à dimensão humana. Assim, de acordo com os PCN (2000), a sexualidade humana nasce junto com o indivíduo e transforma-se constantemente ao longo de toda a sua evolução só desaparecendo com a morte.

Nesse sentido, é importante refletir sobre a sexualidade a partir de uma abordagem que considere as diversidades, principalmente, relacionadas ao gênero, uma nova construção social do termo e vivência da sexualidade de forma plena e sem preconceitos.

Segundo Louro,

Formar conceitos científicos sobre a sexualidade implica em desconstruir o que foi implantado pela cultura e socialmente falado, e reconstruir a partir das novas relações formalizadas no trabalho, na comunicação, na e por meio da linguagem. Posicionar o sujeito atual, quanto à sexualidade e outras temáticas em uma cultura heterogênea, é formá-lo para o novo e para a diversidade, assumindo os riscos e a precariedade, admitir os paradoxos, dúvidas e contradições (LOURO, 2000, p.53).

Diante das contribuições de Louro apresentadas acima, é possível afirmar que, ocorrem ganhos na formação dos estudantes quando esse apropria-se dos conhecimentos científicos, por conseguinte, no que diz respeito à educação sexual, esses ganhos também se estabelecem na formação integral desses estudantes. Pois,



conforme pontuou o autor, é por meio do confronto e da admissão de paradoxos que se pode formar um indivíduo para o novo.

Na perspectiva de ressignificar conceitos é preciso compreender as origens dos mesmos, seu desenvolvimento histórico, político, social, cultural, analisar seus significados e preconceitos, levando em consideração o sentido da palavra para o ser humano, considerando-o de forma integral, a temática da sexualidade não pode ser negligenciada. O sexo é expresso biologicamente e definido por um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais), enquanto que a sexualidade é entendida de forma mais ampla, englobando a expressão cultural (SILVA *et al.*, 2004).

Maistro esclarece que,

É importante saber que a sexualidade não surge na adolescência. O desenvolvimento da sexualidade está vinculado ao desenvolvimento integral do indivíduo, sendo considerado um elemento constitutivo da personalidade.[...] sua manifestação transcende sua base biológica, estando predominantemente demarcada por valores sociais. Esse desenvolvimento se inicia na infância, mas é na adolescência que se operam mudanças físicas e psicossociais destinadas a dar à vida sexual infantil sua forma (MAISTRO, 2009, p.15).

### **A atuação do professor diante de manifestações da sexualidade dos estudantes com deficiência intelectual**

A escola é um ambiente fundamental de construção de conhecimento, orientação e fecundação de conceitos, difusão de ideias e preocupação com a orientação sexual, ética e exercício da cidadania. Maia e Ribeiro (2010) destaca que existe, porém, uma contradição que coopera para o isolamento e fragmentação pedagógica na área da sexualidade, na qual os professores sentem-se inaptos e confusos para lidar com clareza no exercício e hipótese da educação sexual desejada.

Maistro (2009) afirma que a concepção dos educadores é acrescida dos obstáculos gerados pela inexistência de um plano ou de discussões amplas, globais



sobre sexualidade, que possam tornar a atuação educativa mais coerente com a realidade escolar. O professor habita esse espaço, seguindo regras pré-definidas.

A orientação sexual, como tema transversal, destina-se ao ensino fundamental. Os Parâmetros Curriculares de acordo com Brasil (1998, p. 287) definem que “é a partir da quinta série do ensino fundamental sejam inseridos os questionamentos, exigindo que as discussões ocorram progressivamente em se tratar de temas polêmicos”. Segundo os PCNS, a escola ao realizar um trabalho que insira a sexualidade dos indivíduos, deve definir as competências e estratégias a serem trabalhadas, além de selecionar metodologia a ser incluída no seu projeto educativo (BRASIL, 1998).

Em salas de inclusão, as regras e estratégias pedagógicas previstas não são diferentes. O acesso ao conjunto de conhecimento, partindo da pesquisa e elaboração do professor impõe alguns pressupostos. Vivências do cotidiano do professor no ambiente escolar apontam ser usual o fato de as escolas abordarem sexualidade através do estudo da reprodução humana na disciplina de Ciências. (BRASIL, 1998).

A abordagem é caracterizada como um trabalho de Educação Sexual e em razão de limitar as explicações no referente à anatomia e fisiologia. Segundo Nunes e Silva (2000, p.74), “não podemos reduzir nossa compreensão de sexualidade humana a uma manifestação instintiva”. É importante salientar que o estudo da sexualidade perpassa a subjetividade e a sociedade, constituindo um campo de saberes que se articulam através da produção de conhecimentos.

O professor ainda se utiliza de metodologias tradicionais e atua com caráter que ainda remete reflexos de segregação. Nunes e Silva (2000, p. 118) discorrem que é perceptível um despreparo na postura dos educadores que evitam abordar a discussão ou não buscam informações para seu aperfeiçoamento. Nesse sentido, urge que os ambientes escolares, estejam propícios, dispostos a redefinir suas ações pedagógicas, temáticas e pressupostos ideológicos, reformulem programas reprodutores dos papéis tradicionais da oferta de ensino que a escola promove. O



processo de integração/inclusão se caracteriza dado o seu enfoque dinâmico e sistêmico.

Alinhado nesse pensamento, Nunes e Silva (2000, p. 118) salientam que a educação sexual exigida pelos tempos atuais não pode mais estar submissa a padrões classificatórios e excludentes, de determinação de espécime e valores sexuais regulamentares, muito menos abster-se do conhecimento. Ao abordar sobre a educação sexual no ambiente escolar, hoje, significa ir além das orientações temporárias, das políticas educacionais genéricas, compreendendo-a como um compromisso ético, político e constante.

Algumas adaptações na sala de aula, e na própria escola, são requisitadas, e também com relação aos professores quando há a presença de estudantes com deficiência intelectual.

[...] oportunizar o máximo de estimulações positivas, de interações verbais, lúdicas, um permanente despertar da curiosidade, motivação e participação na ação, expressão de seus próprios sentimentos e criação de situações em que o indivíduo possa esforçar-se, socializar-se, sentir prazer na compreensão e na descoberta e, sobretudo, possa comover-se, maravilhar-se e usufruir da felicidade da convivência (PIRES *et al*, 2006, p.50).

### **Análise da orientação sexual e sexualidade da pessoa com deficiência**

Neste subitem será apresentada a análise, a compreensão e interpretação das descrições levantadas junto aos professores acerca da sexualidade de seus alunos com deficiência intelectual, baseada na literatura apresentada no corpo teórico desta pesquisa. A análise de conteúdo permitiu desprender duas temáticas principais: Orientação sexual e sexualidade da pessoa com deficiência.

O estudo foi desenvolvido com cinco professores que atuam na instituição em que a pesquisa foi realizada, as mesmas foram designadas como P1, P2... P5. Os sujeitos caracterizaram-se 04 (quatro) docentes do sexo feminino e 01 (um) do sexo



masculino, com a faixa etária compreendida entre 30 e 52 anos, todos com formação superior, sendo 03 (três) em Pedagogia, 02 (duas) em Letras.

O questionário teve como primeira pergunta sobre a sexualidade ser apresentada no Projeto Político Pedagógico (PPP), quatro afirmaram que sim, apenas uma afirmou que o tema não estava inserido no projeto pedagógico, contrariando a afirmação das demais.

É primordial que a educação para a sexualidade esteja contemplada no PPP, pois a inserção dessas temáticas nesse documento possibilita que as questões de corpos, gêneros e sexualidades se tornem institucionais, e sejam entendidas como temáticas que devem ser discutidas de forma permanente e sistemática, sendo responsabilidade de toda a comunidade escolar, constituindo-se como um componente curricular, e não atribuição de apenas um ou outro profissional da escola.

O item seguinte buscou colher informações sobre a participação dos professores em projeto/ou estudo como tema orientação sexual, mais da metade respondeu já terem participado. Cabe salientar que, a formação continuada dos professores é muito importante, pois leva o docente a pensar e refletir sobre sua prática pedagógica, mas precisa ter ligação com os problemas e situações específicas com o que os professores enfrentam em sala de aula.

Assim, para que os profissionais de educação desenvolvam ações voltadas para a educação sexual, é preciso que esses docentes recebam formações específicas nessa área, de modo a interiorizar conceitos para posteriormente sentirem-se seguros a transmitir aos alunos esses conhecimentos. Quando indagadas de como a escola desenvolve o tema “orientação sexual” na escola, questão 03, a maioria respondeu que ocorre por meio de palestras desenvolvidas ou ministradas por psicólogos.

As assertivas nos levaram a hipótese de que o fato de se trabalhar a sexualidade apenas com psicólogos, podem estar ligadas a diversos fatores, como falta de interesse pessoal sobre o tema, não amadurecimento profissional, resistência pessoal, falta de preparo para abordar o tema e até mesmo constrangimento.



Os professores são peça chave na educação sexual sendo necessário que ele participe de um processo amplo e aprofundado de formação tanto em termos de conhecimento quanto de uma metodologia adequada que lhe dê segurança transmitida aos adolescentes para expressarem sua opinião sobre o assunto

Na abordagem sobre a orientação ser restrita a família e não da escola a fala do professor P3 é de que:

“A orientação começa ou pelo menos deveria começar em casa, no contexto familiar. No entanto, esse assunto precisa ser discutido no ambiente escolar, pois o aluno vivencia com os demais colegas, novas descobertas que devem ser orientadas ao longo do crescimento e também junto às disciplinas que tratam do assunto”

Em razão da importância primordial da família na transmissão de valores a orientação sexual na escola complementa a dada em casa, pois como destaca Maia e Ribeiro (2010):

O trabalho em conjunto entre família e a escola é fundamental. Pais e educadores têm papéis complementares na tarefa de contribuir para as manifestações sexuais de pessoa deficiente sejam positivas, prazerosas e responsáveis. [...] o sucesso de trabalhos de orientação sexual dependerá do diálogo e do acordo entre familiares e educadores, uma vez que os pais devem estar por dentro do que é trabalhado com os filhos para não tomarem atitudes contrárias às trabalhadas na escola (MAIA e RIBEIRO, 2010, p. 271).

A citação dos autores apresentados acima demonstra que, a abordagem da educação sexual no ambiente escolar depende diretamente de ações desenvolvidas a partir do estabelecimento de parcerias entre a escola e a família. Na concepção de Maia e Ribeiro (2010), quando ocorre diálogo entre essas duas instituições, a proposta da educação sexual se desenvolve de forma satisfatória.

Quanto à questão da sexualidade da pessoa com deficiência intelectual ser diferente daquelas sem deficiência, a maioria dos entrevistados afirmou que não acreditam que a sexualidade do estudante com deficiência se difere dos estudantes



sem deficiência, tendo em vista que a sexualidade não se diferencia das outras pessoas com ou sem deficiência, no que se refere aos impulsos e desejos sexuais, essas pessoas manifestam necessidades, experiências e emoções semelhantes aos demais, pois não existe uma sexualidade característica do indivíduo portador de deficiência intelectual, a sexualidade independe da deficiência (GLAT e FERNANDES, 2005).

Na questão 06 as professoras foram indagadas “se os indivíduos com deficiência intelectual tendem a apresentar comportamentos sexuais semelhantes”? O professor P1 respondeu que não, justificando sua resposta da seguinte forma: “qualquer pessoa deficiente ou não tende a apresentar comportamento diferente, isso reflete a partir do contexto em que está inserido”. Essa resposta pressupõe um indício a um entendimento histórico-cultural da sexualidade. Ideia apresentada por Eizirik (2008), que se referindo especificamente sobre o estudante com deficiência pontua que essa educação passou a ter no campo social uma espécie de cultura, que reflete sobre o meio onde estudantes e profissionais estão inseridos.

Uma professora não respondeu a referida pergunta e, as demais afirmaram que há semelhança no comportamento. O que demonstra a necessidade das mesmas passarem por formação continuada para terem conhecimento básico sobre a temática.

Apesar das diferenças entre os deficientes, quase todos são capazes de aprender a desenvolver algum nível de habilidade social e conhecimento sexual, essa ideia é reforçada por Maia e Ribeiro (2010). Na concepção da autora, essa apropriação da aprendizagem inclui a habilidade para diferenciar comportamento apropriado e não apropriado e para desenvolver um senso de responsabilidade de cuidados pessoais e relacionamento com os outros.

Na questão 07 abordou-se sobre a capacidade do deficiente intelectual ser capaz de lidar com seus impulsos sexuais. Nessa questão três docentes afirmaram que sim, eles são capazes. O P1 justificou sua resposta afirmando que “conseguem lidar desde que ensinados e estimulados a esse tipo de comportamento. Por essa razão a importância da discussão aberta e franca do assunto”.



A maioria das crianças com deficiência intelectual cresce no convívio social onde são oferecidas poucas informações sobre sexualidade e, muitas vezes as referências são deturpadas, originando uma ideia errônea acerca da mesma. Diante desse cenário, fica evidenciada a necessidade de formações continuadas para pais e professores de maneira contínua.

Na questão seguinte buscamos saber o que os professores pensam sobre falar de sexualidade no espaço da sala de aula e no espaço coletivo da escola. As respostas evidenciaram que mais da metade dos entrevistados consideram que é um assunto importante e que deve ser abordado o mais cedo possível, visto que julgam fazer parte da composição humana.

Embora o trabalho da sexualidade (no sentido de educar e ensinar) seja responsabilidade primária dos pais, familiares ou responsáveis pela criança, a escola assume a responsabilidade secundária por esta, visto que os pais por vezes não conseguem abordar essa temática devido à falta de conhecimento. Por conseguinte, cabe à instituição abordar e complementar as informações e os conhecimentos já construídos pela criança com o conhecimento científico, preenchendo as lacunas que a família deixou e, por meio da discussão e problematização da temática nortear o aluno a um pensamento crítico-reflexivo, em relação as suas questões, dúvidas e equívocos sobre a sexualidade.

A forma como a pessoa com deficiência intelectual expressa sua sexualidade deve ser considerada a partir da sua deficiência ou como consequência da mesma? Esse é o questionamento do item 09. Vygotsky, (1999, p. 99) enfatiza que “a educação não pode ser qualificada como o desenvolvimento artificial da criança. A educação é o domínio artificial dos processos naturais do desenvolvimento, mas reestrutura as funções do comportamento em toda sua amplitude”. Sendo assim, no tocante a sexualidade esse princípio também continua válido, através da educação sexual ofertada nas escolas, espera-se que os estudantes com deficiência intelectual reestruturem os conhecimentos voltados à sexualidade.



Por vezes, as opiniões de pais e da comunidade escolar são formadas sobre a sexualidade e deficiência intelectual, com uma conotação pejorativa de que este ou aquele indivíduo terá um comportamento diferenciado em sua sexualidade. No entanto, de acordo com a concepção de Glat e Fernandes (2005), o comportamento deste, ou daquele, independe da deficiência, seja ela física ou intelectual.

O que se observa, na escola, durante as aulas, é a inadequação da manifestação dos comportamentos sexuais, em decorrência da pouca convivência em grupos em que regras de conduta sejam cobradas. O funcionamento intelectual subnormal não significa que as pessoas com deficiência intelectual não são capazes de ter uma conduta sexual compatível com as exigências sociais. Elas podem, sim, aprender a exprimir seu desejo de forma socialmente aceita, desde que orientadas dentro do seu nível cognitivo, de maneira que possam assimilar os conhecimentos (GLAT e FERNANDES, 2005, p. 70).

A questão final aborda o seguinte assunto: qualquer que seja o método de aconselhamento diante da sexualidade do estudante com deficiência intelectual, quais aspectos são importantes e devem ser considerados. Na referida questão foram dadas duas opções de respostas. A maioria pontuou que deve haver convocação dos estudantes mediante aula compartilhada com profissional de saúde, professores, psicólogos, familiares e representantes da comunidade escolar para roda de conversa com espaço para perguntas e respostas, discussões, debates para expressarem e sanarem suas dúvidas.

Deve ser usada uma metodologia dialógica, devendo-se sempre partir do conhecimento que o estudante já possui sobre o assunto e gradativamente preenchendo as lacunas com novas informações. A educação sexual na escola não deve trazer respostas prontas, mas problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que cada um possa escolher o seu próprio caminho.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo comprovou a necessidade de compreender a sexualidade humana, considerando o desenvolvimento do ser humano em uma perspectiva sócio histórica por esta contemplar o desenvolvimento psicossocial do indivíduo, não se atendo apenas ao desenvolvimento biológico. Essa perspectiva considera o ser humano ativo no seu processo de desenvolvimento por meio de suas relações e interações sociais, onde leis sociais sobrepõem às leis biológicas.

Dessa maneira, observando que quando se trata do assunto sobre orientação sexual, há uma transferência para a escola desse ensino. A família por vezes até tenta dispensar uma orientação, no entanto, por falta de conhecimento terminam não conseguindo repassar aos seus filhos. Mas a escola e a família têm papéis diferentes e complementares, uma não substitui a outra.

Para cumprir sua função educativa, a escola depende dos seus professores, os quais foram objetos deste estudo. Enquanto alguns acreditam que ela deve começar o mais cedo possível, o que com certeza teria um caráter mais preventivo e facilitaria o trabalho nas séries subsequentes. Outros professores, ainda têm dúvidas no encaminhamento da temática, prefere não se posicionar.

A pesquisa apontou também os reflexos da má formação do professor. Constatou-se, a realidade presente na rotina, dentro do ambiente escolar, em salas de estudantes com deficiência intelectual, situações da prática de sala de aula, a ausência de um planejamento eficaz, um direcionamento de conteúdo, e a própria dúvida do professor em relação às abordagens pedagógicas, a ausência de metas definidas quanto ao assunto. A clareza de ideias quanto à forma de inserção do tema, muitas vezes explorado de forma reduzida e inapropriado ao questionamento desses estudantes, fugindo dos seus anseios, evocando nas muitas vezes uma abordagem até direcionada, tendenciosa, para fugir às respostas adequadas.

Ressaltando a importância de trabalhar o assunto sexualidade na escola transversalmente em todas as disciplinas do currículo escolar, discutir não só questões



biológicas, mas também questões que envolvem sentimentos, valores, a moral e a ética, é necessário constituir a identidade de professores com habilidades essenciais, proporcionando a eles condições de ampliar e ressignificar seu conhecimento, por meio de programas de atualização e capacitação direcionadas a sexualidade.

O desdobramento da pesquisa, e a produção dos questionários possibilitaram uma análise inicial, ainda não finalizada, extraída das respostas centradas nos tópicos das perguntas e que permitiram algumas considerações. Há uma necessidade urgente da preparação adequada do professor para lidar com a sexualidade do estudante com deficiência no cotidiano escolar. Percebe-se que este objetivo pode ser alcançado por meio de uma formação contínua do professor, que este possa desenvolver os conhecimentos e competências necessárias e inserir esses conhecimentos dentro da sua metodologia de trabalho. Que a escola ofereça também material bibliográfico atual, adequado, multimídias e suportes audiovisuais, e oportunidades de construir projetos, oficinas de apoio, debates, seminários, que o assunto não encerre apenas diante de um questionamento.

Seria interessante que fosse evidenciada as vozes dos estudantes dentro das atividades, que fossem ofertados material concreto para produção de dinâmicas, para que pudessem compartilhar suas vivências, e estas fossem mediadas dentro do contexto sistemático do conteúdo, podendo ser reproduzido vídeos, palestras, orientações individuais e em grupo. O professor convidaria um profissional da área da saúde, ou um psicólogo para dar suporte ao trabalho. Estas inserções possibilitariam um processo de amadurecido e solidez nas decisões dos estudantes, podendo contribuir para melhorar as informações, desconstruir estereótipos, tabus sociais que desencadeiam atitudes de preconceito. Haja vista, serem as decisões sobre o próprio corpo, expressividade, comportamentos, posturas e condutas afetivas, serem o alvo central da preocupação dos pais, professores, família, cuidadores e ou responsáveis pelos docentes.



Por último, a partir dos estudos teóricos e das análises realizadas nesta pesquisa compreendeu-se que a sexualidade é ainda um assunto gerador de ansiedades e de conflitos, atingindo estruturas básicas e profundas dos indivíduos, como: educacional, cultural e familiar, e que não são as manifestações sexuais das pessoas com deficiência intelectual o problema em si, mas os preconceitos, tabus, medos, enfim, diante das próprias dificuldades de compreensão das vivências da sexualidade.

## REFERÊNCIAS

- BASTOS, Olga Maria; DESLANDES, Suely Ferreira. Sexualidade e o adolescente com deficiência mental: uma revisão bibliográfica. **Ciênc. Saúde coletiva** [online]. 2005, Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000200017>>. Acesso 02/07/2018.
- BRAGA, Eliane R. Maio. Educação sexual e escola. In: **Informativo UEM**. Ano IV, nº 853, 11/02/2009. Disponível em: <[http://www.informativo.uem.br/novo/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2287:educa-sexual-e-escola&catid=120:informativo-853&Itemid=40](http://www.informativo.uem.br/novo/index.php?option=com_content&view=article&id=2287:educa-sexual-e-escola&catid=120:informativo-853&Itemid=40)>. Acesso 02/07/2018.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Parâmetros curriculares nacionais**: Pluralidade Cultural: Orientação Sexual. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, MEC/SEF, 2000.
- DIAS, Sueli de Souza. **O sujeito por trás do rótulo**: significações de si em narrativas de estudantes de ensino médio com indicação de deficiência mental. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília. Brasília: DF, 2004.
- EGYPTO, Antônio Carlos. (Org.) **Orientação sexual na escola**: um projeto apaixonante. São Paulo: Cortez, 2003.
- EIZIRIK, Marisa Faermann. Diferença e exclusão. **Inclusão** – Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial. Brasília, DF, v.4, n.2, p. 17-23, out. 2008.



FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 1: a vontade de saber**. 12. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. *Inclusão. Revista da Educação Especial*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 35-39, out. 2005.

LEAL, Alzira Elaine Melo; SOUZA, Carlos Eduardo. **Construindo o conhecimento pela pesquisa: orientação básica para elaboração de trabalhos científicos**. Santa Maria: Sociedade Vicente de Paloti, 2006.

LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2000.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. *Rev. Bras. Educ. Espec.*, Marília, v. 16, n. 2, p. 159-176, Ago. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141365382010000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382010000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso 02/07/2018.

MAISTRO, Virginia F.; ARRUDA; Sergio de M. **O contexto escolar como um lugar de construção e reflexão sobre a sexualidade**. PUC/PR, 2009. Disponível em: <<http://educere.bruc.com.br>>. Acesso 02/07/2018.

NUNES, Cesar Aparecido. **Desvendando a Sexualidade**. 7 ed. Campinas/SP: Papirus, 2005.

NUNES, C.; SILVA, E. **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade**. 1ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

PIRES, Jose; MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Por uma ética de inclusão. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos *et al.* (Orgs). **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 29- 66.

SILVA, Marcelina Severina; SILVA, Marcelo Rodrigues da; ALVES, Maria de Fátima Paz. Sexualidade e Adolescência: É Preciso Vencer os Tabus. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitário**. Belo Horizonte: 2004. Disponível no link: <<http://www.efdeportes.com/efd183/adolescencia-e-sexualidade-segundo-a-literatura.htm>>. Acesso 02/07/2018.



VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** Tradução: José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

\_\_\_\_\_. **Obras escogidas.** Tradução: Julio Guillermo Blank. Tomo V. Fundamentos de defectologia. Madrid: Visor, 1997.

\_\_\_\_\_. **Teoria e método em psicologia.** Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1999.